

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.854.563 - PR (2019/0379725-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
EMBARGANTE : R B A G
ADVOGADOS : RENATO BARROZO ARRUDA GONÇALVES - PR014068
PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES - PR003841
NELSON JOÃO KLAS JUNIOR - PR014993
EMBARGADO : K P M
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO - PR020812
VANESSA ABU-JAMRA FARRACHA DE CASTRO - PR024789
PATRICIA BOTTER NICKEL RIBAS - PR047541
ISABELLA MADY DE SOUZA PONTES - PR080888

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. SÚMULA 343/STF. INAPLICABILIDADE. TEORIA DA CAUSA MADURA QUE NÃO SE APLICA AO RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA CONTROVERTIDA. DETERMINAÇÃO DE RETORNO DOS AUTOS DO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por R. B. A. G. à decisão de fls. 3.287-3.291 (e-STJ), a qual deu provimento ao seu recurso especial, para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que, superada a questão acerca do cabimento da ação rescisória, possa o órgão julgador prosseguir no seu julgamento, como entender de direito.

Alega o embargante a existência de obscuridade no julgado, ao determinar o retorno do processo ao órgão prolator do acórdão recorrido para prosseguir no seu julgamento, uma vez que, na Corte local, "não se tratou de extinção da atípica ação, sem resolução de mérito, eventualmente por lhe faltar qualquer de suas condições ou pressupostos previstos em nosso Código de Processo Civil, mas sim de conclusão de inexistência - 'inocorrência' nos termos do acórdão - de violação ao dispositivo legal em tela, pelo acórdão rescindendo; mérito portanto" (e-STJ, fl. 3.295).

Sustenta ter o Tribunal *a quo* concluído, "embora equivocadamente, não

ocorrer a violação ao § 2º do art. 13 da Lei n. 5.478/68, que determina, literalmente, que os alimentos fixados após a instrução do processo devem retroagir à data da citação. Assim julgando, o Tribunal estadual esgotou sua jurisdição, independentemente de qual fundamento haja entendido aplicável, correto ou suficiente, para julgar improcedente a ação" (e-STJ, fl. 3,296).

Nesse contexto, defende a possibilidade de o recurso especial ser julgado diretamente por seu mérito, hipótese em que o relator poderá dar-lhe provimento, se constatado que o aresto recorrido adotou tese contrária à súmula ou à jurisprudência consolidada deste Tribunal.

Impugnação apresentada às fls. 3.306-3.311 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Como se depreende das razões apresentadas, o ora embargante requer o julgamento por esta Corte do seu recurso especial, tendo em vista que o Tribunal de origem teria adentrado no exame do mérito da ação rescisória, relacionado ao termo inicial dos efeitos da sentença que reduz o valor da verba alimentar, nos termos do que dispõe o art. 13, § 2º, da Lei n. 5.478/1968.

Ocorre, que diferentemente do que alega o ora recorrente, o Tribunal de justiça do Paraná julgou improcedente a referida ação rescisória por considerá-la incabível, ante a incidência da Súmula 343/STF, a qual dispõe que "não cabe ação por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais".

Logo, por entender que a ação rescisória, no caso, seria incabível, não há se falar que tenha havido pronunciamento sobre o mérito da questão rescindenda, a despeito de a parte dispositiva do acórdão ter concluído pela improcedência do pedido.

Ademais, como é cediço, não se aplica a teoria da causa madura aos recursos especiais, razão pela qual não tendo ocorrido o debate da questão controvertida no âmbito do Tribunal estadual, não poderá ela ser enfrentada diretamente neste Superior Tribunal de Justiça, à mingua do indispensável prequestionamento.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. FERROVIÁRIOS. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ACÓRDÃO RESCINDENDO EM DESACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA JÁ PACIFICADA NO STJ. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 343/STF. DETERMINADO O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

1. Não se aplica o óbice estampado na Súmula 343/STF quando a

divergência jurisprudencial sobre a matéria já se encontrara pacificada pelo STJ à época em que o acórdão rescindendo foi prolatado (REsp 1.001.779/DF, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 18.12.2009, submetido ao rito do art. 543-C do CPC).

2. Na espécie, no momento em que foi prolatado o acórdão rescindendo (20.6.2012), o STJ já havia pacificado seu entendimento jurisprudencial de que a Lei 8.186/91 assegura a pensionistas de ex-ferroviários o direito à complementação do respectivo benefício, de modo a preservar a equiparação com os ferroviários da ativa. Precedentes: AgRg no REsp 1.026.407/CE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 19.4.2011; AgRg no REsp 1.200.422/MG, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 4.3.2011; AgRg no REsp 1.120.225/PR, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 5.4.2010; AgRg no REsp 1.074.595/SC, Rel. Min. Og. Fernandes, Sexta Turma, DJe 21.9.2009; AgRg no REsp 1.096.779/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 11.5.2009; AgRg no REsp 1.108.665/SC, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJe 10.8.2009.

3. Afastada a incidência da Súmula 343/STF, os autos devem retornar

ao Tribunal de origem, para que prossiga no julgamento da ação rescisória.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp n. 1.491.515/PR, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 9/9/2016);

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. AÇÃO RESCISÓRIA. IMPOSTO DE RENDA. APOSENTADORIA COMPLEMENTAR. PREVIDÊNCIA PRIVADA. APLICAÇÃO DAS LEIS

7.713/88 E 9.250/96. SÚMULA 343/STF. INAPLICABILIDADE. MATÉRIA PACÍFICA NOS TRIBUNAIS À ÉPOCA DA PROLAÇÃO DO ACÓRDÃO RESCINDENDO (ANO DE 2003). DIREITO À RESTITUIÇÃO DECORRENTE DE LESÃO CONSISTENTE NA INOBSERVÂNCIA DA PROIBIÇÃO DO BIS IN IDEM.

1. A Súmula 343, do Supremo Tribunal Federal, cristalizou o entendimento de que não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.

2. A ação rescisória, a contrario sensu, resta, então, cabível, se, à época do julgamento cessara a divergência, hipótese em que o julgado divergente, ao revés de afrontar a jurisprudência, viola a lei

que confere fundamento jurídico ao pedido (ERESP 908774/RJ).

3. "Quando existir violação de literal disposição de lei e o julgador, mesmo assim, não acolher a pretensão deduzida na ação rescisória fundada no art. 485, V, do Código de Processo Civil, o acórdão estará contrariando aquele mesmo dispositivo ou a ele negando vigência, com o que dará ensejo à interposição de recurso especial com base na alínea "a" do permissivo constitucional" (REsp 476.665/SP, Rel. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Corte Especial, julgado em 01.12.2004, DJ 20.06.2005).

4. In casu, por ocasião da prolação da decisão rescindenda, vale dizer, no ano de 2003, a jurisprudência remansosa desta Corte Superior perfilhava o entendimento de que as contribuições recolhidas sob a égide da Lei 7.713/88 para a formação do fundo de aposentadoria, cujo ônus fosse exclusivamente do participante, estariam isentas da incidência do imposto de renda, porquanto já teriam sido tributadas na fonte, quando da realização das mencionadas contribuições (Informativos de Jurisprudência nº 150, de 07 a 11 de outubro de 2002, e nº 174, de 26 a 30 de maio de 2003).

5. A jurisprudência desta Corte consolidou-se no sentido de que, quer se trate da percepção de benefícios decorrentes de aposentadoria complementar, quer se trate de resgate de contribuições quando do desligamento do associado do plano de previdência privada, deve-se perquirir sob qual regime estavam sujeitas as contribuições efetuadas.

6. Portanto, tendo as contribuições sido recolhidas sob o regime da Lei 7.713/88 (janeiro de 1989 a dezembro de 1995), com a incidência do imposto no momento do recolhimento, os benefícios e resgates daí decorrentes não serão novamente tributados, sob pena de violação à regra proibitiva do bis in idem. Por outro lado, caso o recolhimento tenha se dado na vigência da Lei n.º 9.250/95 (a partir de 1.º de janeiro de 1996), sobre os resgates e benefícios referentes a essas contribuições incidirá o imposto.

7. Destarte, revela-se inequívoca a afronta ao artigo 485, V, do CPC, tendo em vista a negativa de vigência do artigo 6º, VI, "b", da Lei 7.713/88, afigurando-se evidente o direito dos autores à isenção pretendida, na medida em que o acórdão regional assentou ter havido incidência do imposto de renda na fonte na contribuição para a formação do fundo de aposentadoria, e, ainda, que o autor contribuiu para o regime de previdência privada parcialmente sob a égide do dispositivo legal revogado pela Lei 9.250/95, razão pela qual se deve excluir da incidência do imposto de renda o valor do benefício que, proporcionalmente, corresponder às parcelas de contribuições efetuadas no período de 01.01.89 a 31.12.95, cujo ônus tenha sido exclusivamente do participante (Precedentes do STJ: AgRg nos EREsp 879.580/DF, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, julgado em 13/05/2009, DJe 25/05/2009; EREsp 946.771/DF, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Seção, julgado em 09.04.2008, DJe 25.04.2008; EREsp 911.891/DF, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Seção, julgado em 09.04.2008, DJe 25.04.2008; AgRg nos EREsp 908.227/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, julgado em 14.11.2007, DJ 03.12.2007; e REsp 772.233/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 01.03.2007, DJ 12.04.2007).

8. Recurso especial provido, para determinar o retorno dos autos à

Superior Tribunal de Justiça

instância ordinária para que o Tribunal de origem se pronuncie a respeito do mérito da ação rescisória, uma vez ultrapassado o óbice da Súmula 343/STF. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC

e da Resolução STJ 08/2008.

(REsp n. 1.001.779/DF, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe de 18/12/2009).

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator